

**CONFIANÇA E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO EM
COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS****TRUST AND SOCIAL SUSTAINABILITY: A STUDY IN RECYCLING
COOPERATIVES****CONFIANZA Y SOSTENIBILIDAD SOCIAL: UM ESTUDIO EM COOPERATIVAS
DE RECICLAJE DE MATERIALES**

Douglas Murilo Siqueira¹
Benny Kramer Costa²
Almir Martins Vieira³
Julio Araujo Carneiro-da-Cunha⁴

RESUMO

O relacionamento dos atores internos com base na confiança é considerado fator-chave no sucesso das organizações. Tal premissa é válida também no contexto de empreendimentos solidários configurados em cooperativas. Assumindo que a confiança tem papel crucial no desenvolvimento de ações coletivas, este artigo tem como objetivo analisar as redes de confiança existente em seis cooperativas brasileiras de material reciclável. O procedimento de análise foi realizado com o uso do software Ucinet 6.0, para identificação das redes. Os resultados evidenciaram relações de confiança concentradas na figura do gestor principal, com pouca reciprocidade na interação entre os cooperados. As redes se mostraram pouco densas sendo que, em alguns casos, identificou-se a formação de clãs. No contexto do cenário pesquisado, ressalta-se a necessidade de melhoria da inserção social por meio de trabalho e renda da população em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Confiança. Análise de redes sociais. Cooperativas de recicláveis.

¹Doutor em Administração (UNINOVE). Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo. SP. Brasil. E-mail: dmurilos@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-6114>

²Doutor em Administração (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). São Paulo. SP. Brasil. E-mail: bennycosta@yahoo.com.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1992-1160>

³Doutor em Educação (UNESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. SP. Brasil. E-mail: almir.vieira@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0523-3976>

⁴Doutor em Administração (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). São Paulo. SP. Brasil. E-mail: juliocunha@yahoo.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1435-055X>

ABSTRACT

The relationship of internal actors based on trust is considered a key factor in the success of organizations. This premise is also valid in the context of joint ventures set up in cooperatives. Assuming that trust plays a crucial role in the development of collective actions, this article aims to analyze the trust networks present in six Brazilian cooperatives of recyclable material. The analysis procedure was performed using the Ucinet 6.0 software, to identify the networks. The results evidenced trust relationships concentrated in the figure of the main administrator, with little reciprocity in the interaction among the members. The networks were not very dense, and in some cases, the formation of clans was identified. Taking into account the context that was analyzed, it is mandatory to focus in social insertion income and job opportunities to vulnerable populations.

Keywords: Trust. Social network analysis. Recycling cooperatives.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la confianza en cooperativas de economía solidaria, teniendo en cuenta el escenario de la sostenibilidad social. La relación de los actores basada en la confianza se considera un factor clave en el éxito de las organizaciones. Relaciones de confianza son esenciales para mantener a los hombres en las acciones colectivas, punto central de la forma de producción de las cooperativas. A través de una investigación cuali-cuantitativa, el análisis ha cubierto seis cooperativas de colección de materiales reciclables. Los resultados apuntan a un caso centralizado confianza en el gestor, con poca reciprocidad entre los miembros y también entre los miembros y sus gerentes. Las redes han mostrado poca densidad, con formación de clanes en algunos casos, creando obstáculo para el proceso de relación mutua.

Palabras clave: Confianza. Análisis de redes sociales. Cooperativas de reciclaje.

Como citar este artigo: SIQUEIRA, Douglas Murilo et al. Confiança e sustentabilidade social: um estudo em cooperativas de materiais recicláveis. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1301-1325, 11 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.3084>

Artigo recebido em: 21/08/2020

Artigo aprovado em: 07/12/2020

Artigo publicado em: 11/12/2020

1 INTRODUÇÃO

Em países emergentes, tal como o Brasil, onde a restrição de recursos econômicos, especialmente para uma classe socioeconomicamente menos favorecida causa forte impacto social, a alternativa de trabalhos associativos e formação de cooperativas, como as de materiais reciclados, oferece benefícios sociais importantes, haja vista que gera uma alternativa de trabalho aos cidadãos. Por exemplo, no estado de São Paulo, região metropolitana do Brasil, as cooperativas de reciclagem têm um papel fundamental no fornecimento de serviços de reciclagem, coleta, separação, limpeza, estocagem e venda de materiais recicláveis (KING; GUTBERLET, 2013). São atividades em que o poder público não consegue atuar de forma eficiente e acaba precisando de parcerias e iniciativas paralelas para essas ações, o que torna relevante a atuação de cooperativas de materiais reciclados no Brasil (REBEHY *et al.*, 2017). Especificamente no Brasil, o estudo de Beber, Theuysen e Otter (2018) defende a necessidade da desvinculação do poder público com vistas à emancipação das cooperativas da região de São Paulo (BEBER; THEUVSEN; OTTER, 2018).

Assim sendo, estudos brasileiros já demonstraram que essas iniciativas de cooperativas de materiais recicláveis trazem benefícios sociais ao se favorecer o incremento da vida útil de aterros sanitários, redução da disposição do descarte incorreto de materiais, diminuição do gasto de energia e oferta de alternativas que diminuam a extração de matéria-prima natural (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012). No nível individual, tais iniciativas podem ainda oferecer melhores condições de vida e de trabalho mais adequadas para os cooperados (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012), além de oferecer oportunidades de superação para empreendedores sociais (ALVES; MEIRELES, 2013). Por isso, os empreendimentos sociais de materiais recicláveis favorecem a geração de cidadania para aqueles que participam da cooperativa (BASTOS; ARAÚJO, 2015). Esse mecanismo é favorável ao cooperado porque como o mercado de reciclagem no Brasil é um oligopsônio que requer economias de escala para negociação e transação direto com as indústrias, trabalhar em redes cooperativas é uma forma de fazer com que o cooperado atinja mercados de materiais reciclados (TIRADO-SOTO; ZAMBERLAN, 2013), os quais ele não conseguiria isoladamente (FIDELIS; FERREIRA; COLMENERO, 2015).

Adicionalmente, há uma competitividade entre os catadores quando atuam isoladamente que faz com que eles não tenham confiança entre si suficiente para propor iniciativas cooperadas (NAVARRETE-HERNANDEZ; NAVARRETE-HERNANDEZ, 2018). Assim, torna-se importante a presença de atores externos (geralmente poder público ou organizações não-governamentais) intermediadores para se instituir uma iniciativa coordenada e cooperada entre eles (CARNEIRO-DA-CUNHA; PASSADOR; PASSADOR, 2012). A atuação em grupo pode fazer com que elementos de capital social (tal como a confiança) possam ser construídos entre eles.

Diante disso, as cooperativas de reciclagem de materiais representam um fenômeno com grandes ganhos sociais e vantagens para a comunidade. Por isso, é de relevância para os *policy makers* elaborarem políticas públicas orientadas ao incentivo e à organização das atividades dos catadores e cooperação entre eles para a reciclagem de materiais (MEDINA, 2000; NAVARRETE-HERNANDEZ; NAVARRETE-HERNANDEZ, 2018). É de interesse do poder público que haja essa coordenação de atividades capitaneadas, pois a gestão participativa de

resíduos tem um papel crucial na promoção de cidadania e melhoria social para uma economia circular, ou de *closed loop* (cujos materiais descartados são valiosos), tornando ainda essa sociedade mais sustentável em escala global (GUTBERLET, 2012). Além disso, nas cooperativas de materiais reciclados do estado de São Paulo, polo urbano brasileiro, há ainda a necessidade de ação pública e políticas voltadas a garantir relações de trabalho justas e seguras (GUTBERLET, 2015). Nessa perspectiva, é fundamental o diálogo e coordenação entre o poder público e as cooperativas de reciclagem de materiais para o sucesso da cooperativa (CARMO; OLIVEIRA, 2010).

Além desse interesse social e de mercado, as cooperativas de reciclagem de materiais podem ser um domínio substantivo de análise com particularidades interessantes para a compreensão dos fenômenos. Esse contexto pode oferecer particularidades na análise do arranjo associativo, o que vale especialmente para a confiança. Por um lado, a confiança é importante para o comportamento cooperativo nesses arranjos de cooperativas de material reciclado (tal como em outros arranjos interorganizacionais), sendo crucial inclusive para a aceitação da atuação de terceiros (agentes públicos, por exemplo) (HARRING; JAGERS; NILSSON, 2019). Por outro lado, a confiança relacional no nível individual não age da mesma forma em cooperativas de materiais reciclados em relação às outras redes: ainda que exista mais confiança entre os agentes, tal fator não resulta em maior volume de reciclagem, ou seja, não se verifica uma relação curvilínea (HARRING; JAGERS; NILSSON, 2019).

Esse comportamento particular da confiança em redes cooperativas voltadas às ações de economia solidária em larga escala, com relações informais e com atuação de suporte do governo, parece oferecer um panorama diferenciado para o presente estudo. O sucesso dos resultados de uma cooperativa de reciclagem de materiais pode não depender tão significativamente da confiança. A partir daí, é relevante se entender os mecanismos sociais dos relacionamentos dos agentes dessa rede de reciclagem de materiais e suas características para entender por que a confiança não assume papel tão relevante nesse tipo de arranjo. Ainda que seja uma iniciativa de economia solidária em que a confiança e a solidariedade parecem ser fatores fundamentais para comunhão (FRANÇA-FILHO, 2012), parece que os gatilhos para a associação e cooperação podem ter outros mecanismos nesse contexto.

Assim, não está claro ainda o porquê desse comportamento diferente típico de cooperativas de reciclagem de materiais. Pode ser pelo histórico competitivo dos cooperados, pela natureza da economia solidária dessas cooperativas, pela atuação de um agente intermediador (geralmente o governo) ou, talvez, pela própria trajetória de formação da cooperativa.

Diante do exposto, o presente estudo pretende analisar a estrutura das redes de confiança de cooperativas de reciclagem de materiais com sede na região metropolitana de São Paulo. Considerando que esse domínio substantivo traz um contexto específico, novos achados sobre confiança em redes podem ser trabalhados. O presente estudo pode trazer contribuições teóricas, portanto, na compreensão do funcionamento da confiança em ambientes de redes. Ele traz também contribuições gerenciais voltadas a como estimular a confiança e de que maneira agentes intermediadores podem atuar efetivamente com cooperativas de reciclagem de materiais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONFIANÇA

Apesar de ser um constructo complexo e multifacetado, pois as diversas disciplinas procuram definir a confiança sob sua própria ótica e paradigma, destaca-se, nesse campo conceitual, o conceito seminal de Mayer, Davis e Schoorman (1995, p. 712), ao defenderem que confiança é a “[...] disposição de uma parte ficar vulnerável às ações da outra parte com base na expectativa que a outra desempenhe uma ação particularmente importante para o confiante”.

A definição de Mayer, Davis e Schoorman (1995) traz os principais componentes críticos que precedem a formação da confiança, presentes em grande parte dos artigos que tratam do tema. O ponto de partida para a construção da confiança é a geração de expectativas positivas em relação ao comportamento do outro (ROUSSEAU *et al.*, 1998) e essas expectativas têm como alicerce atributos que o confiante faz em relação ao confiado (PIRSON; MALHOTRA, 2011). Segundo Mayer, Davis e Schoorman (1995), a confiança pressupõe a vontade de uma parte ser vulnerável em relação à outra (disposição à vulnerabilidade). Fazer-se vulnerável implica assumir riscos.

Ao considerar que a confiança se faz presente quando existe a propensão de uma das partes em assumir riscos (MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995, ROUSSEAU *et al.*, 1998), o aumento da confiança de uma parte em relação à outra implica que a parte que confia assume um risco maior, pois o confiante acredita que o confiado cumprirá a promessa esperada (HERNANDEZ, 2008). Além da vulnerabilidade, a propensão para confiar é formada por outros componentes que, sumarizados por Mayer, Davis e Schoorman (1995), estão presentes em grande parte dos trabalhos sobre o tema: capacidade (*ability*), benevolência (*benevolence*) e integridade (*integrity*) (ABI). Ao se considerar a confiança no contexto do exercício da liderança, Meyer, Le Fevre e Robinson (2017), em trabalho realizado junto a líderes educacionais, apontaram que um ambiente de confiança pode ser criado pela postura de se buscar aprender por meio do compartilhamento de falhas e erros cometidos no passado, com resultados sensivelmente melhores do que se aprender por punições ou sanções. Ainda sobre a relação entre confiança e liderança, Hodges e Howieson (2017) destacam que o líder, no exercício de seu papel, deve propiciar ambiente de confiança para seus liderados, emanando postura de convicção e transparência.

Sob o olhar do comportamento de escolha, a confiança pode ser apresentada como racional ou relacional. Como escolha racional, é associada ao risco da escolha do confiante em relação ao confiado, que permite estimar ganhos e perdas nas relações de trocas, em uma visão de confiança calculável (FISHER; NOVELLI, 2008, ROUSSEAU *et al.*, 1998). A escolha racional procura a eficiência para que sejam maximizados os ganhos esperados ou minimizadas as perdas de suas transações (KRAMER, 1999). A frequência de interações é limitada e o risco é calculado, considerando-se que, em caso do não cumprimento da promessa, o impacto não atinge outros interesses do confiante.

Em resposta às limitações do modelo racional e funcionalista, o modelo relacional procura incorporar e sistematizar na teoria uma vertente social que relaciona os fundamentos de escolha com base na confiança, apropriando-se de um caráter cognitivo. Rousseau *et al.*

(1998) destacam que, para os autores relacionais, a confiança com base na dissuasão gera aparente incompatibilidade com sua criação, pois o uso de sanções para o cumprimento da promessa mostra a falta de confiança por parte do outorgante em relação ao outorgado. Sob esse olhar, as escolhas não se fundamentam na análise do risco calculado ou nos recursos, mas também nas orientações sociais e para as pessoas (KRAMER, 1999). Nessa visão, a confiança é construída por meio da interação entre diferentes grupos sociais e é influenciada, dentro das organizações, pelos padrões sociais existentes.

Assim, considerando-se que o maior desafio de um empreendimento econômico solidário é a autogestão, pautada na relação de confiança mútua (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010; FRANÇA-FILHO, 2012), pressupõe-se que estas organizações possuam um tipo relacional de confiança, em redes coesas e com alta reciprocidade. Em estudo qualitativo desenvolvido em cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos no sul do Brasil, Gonçalves e Dutra (2016) identificaram relações de confiança com base em identidade familiar e reputação ao longo do tempo, ou seja, os autores apontaram relações sociais em rede antes mesmo da constituição das cooperativas. Panorama semelhante foi constatado no estudo elaborado por Cegarra-Navarro, Briones-Peñalver e Ros-Sánchez (2005), ao identificarem a confiança como condição essencial para se obter cooperação.

2.2 COOPERATIVAS DE PRODUTOS RECICLÁVEIS

A cooperativa de produção, alicerçada pelos princípios básicos da posse coletiva dos meios de produção; pela gestão democrática ou autogestão; e pela distribuição da receita e destinação das “sobras” para os associados (BEUREN; ALTOÉ; DAL VESCO, 2015; SIQUEIRA; COSTA; VIEIRA, 2017), que corresponde ao excedente produtivo, é um importante instrumento para a geração de trabalho e renda. Nas cooperativas, as decisões são pautadas em critérios definidos em assembleias, nas quais o peso do voto de cada cooperado tem o mesmo valor (SINGER, 2000). A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua recomendação nº 193 de 2002, define cooperativa como associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações comuns, econômicas, sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática.

Com o agravamento da crise econômica no Brasil, ocorrida entre 1990 e 1991, e com o consequente número de desempregados, nasceram organizações não governamentais (ONGs), que tinham por objetivo apoiar as cooperativas e os empreendimentos populares (GONÇALVES; DUTRA, 2016). Essas organizações não governamentais têm papel crítico e fundamental em auxiliar na formação e operação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis (MEDINA, 2000).

Além disso, é comum existir ainda a conjugação de interesses entre os diferentes agentes envolvidos com as cooperativas de reciclagem de materiais. Quando existe o interesse de ONGs e agentes públicos que buscam reputação política, é mais provável que as iniciativas dessas cooperativas vingam (MEDINA, 2000). Há um timing de uma janela de oportunidade que faz com que as chances de operação e sobrevivência de uma cooperativa sejam maiores (MEDINA, 2000). Até que a cooperativa tenha maturidade suficiente para trabalhar de forma independente, a história no caso de São Paulo mostra a forte ligação das cooperativas agrícolas que perduraram

com o poder público, embora isso possa ser um fator limitante para suas autossuficiências (BEBER; THEUVSEN; OTTER, 2018).

Isso mostra haver a necessidade de um agente estimulador para uma rede, de forma que ele não é capaz por si só de trazer legitimação e institucionalização do capital social entre os cooperados em momento prévio à formação da rede (CARNEIRO-DA-CUNHA; PASSADOR; PASSADOR, 2012). É preciso haver convivência e proximidade prévia entre os membros da rede. Até porque a repetição de interação bem-sucedida entre os agentes da rede gera confiança entre eles (GULATI, 1995), e quando existem trocas intensas de capitais sociais entre os agentes há também geração de inovação social (SOL et al., 2018). A confiança sobre a integridade de um parceiro de rede tem um efeito muito maior na condução de negócios (que buscam redução de custos de transação) do que a confiança na sua competência técnica (SIQUEIRA; VIEIRA; CARMONA, 2013; CONNELLY *et al.*, 2015; SIQUEIRA; COSTA; VIEIRA, 2017). Isso mostra a importância do relacionamento social no ambiente de redes para que melhores integrações e, conseqüentemente, resultados sociais, sejam alcançados.

Para França-Filho (2012), os contratos realizados pelas empresas convencionais são pautados em relações de confiança racionais e utilitaristas. Entretanto, este modelo de relacionamento não funciona em empreendimentos solidários, pois inviabiliza as relações de confiança, a solidariedade e a cooperação, fundamentais para legitimar valores organizacionais (MUÑOZ; DEL CASTILLO, 2013).

3 METODOLOGIA

Tomando por base uma proposta de pesquisa descritivo-explicativa, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa. É, portanto, uma pesquisa de método misto, com preponderância nos dados quantitativos, realizada de forma concorrente, isto é, simultaneamente, ou, no entendimento de Cresswell e Clark (2013), de forma não sequencial.

Para coleta de dados, em âmbito qualitativo, a pesquisa foi realizada com os gestores de seis cooperativas de materiais recicláveis na região metropolitana de São Paulo. Esses gestores foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado, adotando a técnica de apresentação de perguntas-chave e posterior sondagem para aprofundamento do tema de pesquisa (FISCHER; CASTILHOS; FONSECA, 2014). O intuito dessa abordagem foi identificar o histórico de cada cooperativa, tal como para se obter informações sobre as relações de confiança e poder da organização. Adicionalmente, outros funcionários das cooperativas foram entrevistados para enriquecimento das informações recebidas.

Optou-se pelo anonimato tanto para cooperados quanto para as cooperativas, substituindo seus nomes por números, no caso das pessoas, e por letras, no caso das cooperativas (A, B, C, D, E e F). As pessoas com funções de gestão e poder de decisão (presidentes) das cooperativas foram designadas com o número zero.

A partir dessas informações, teve início a fase de coleta de dados quantitativos. Nela, questionários foram respondidos por 121 catadores associados às seis cooperativas estudadas. Eles representam 67% do total de 179 catadores dessas cooperativas. O questionário era

composto por perguntas fechadas, abrangendo os seguintes componentes: confiança, envolvendo aspectos como capacidade, benevolência, integridade, transparência, identificação, habilidade gerencial e habilidade técnica (MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995; PIRSON; MALHOTRA, 2010), visão utilitária e visão social (FISHER; NOVELLI, 2008). Em todas as interações realizadas nas cooperativas, os dados foram registrados em um diário de campo, com objetivo de coletar mais evidências.

A análise de dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo direcionada (HSIEH; SHANNON, 2005) conduzida pela codificação híbrida (HWANG, 2008), sendo tanto de origem teórica quanto *in vivo* (SCALES, 2013) de acordo com a emergência de códigos importantes para reflexão durante a análise (MARTINS *et al.*, 2014). Para essa atividade, houve o auxílio do *software* Atlas.ti, que é do tipo CAQDAS (*Computer-Assisted Qualitative Analysis Software*), voltados a servir como repositório dos dados coletados e capazes de codificar e representar (*code and retrieve*) as informações. Esse tipo de *software* auxiliou a organização dos dados e é relevante para se conduzir a interpretação da realidade estudada quando se usa análise de conteúdo (PAULUS *et al.*, 2015), especialmente porque ele mantém a atividade intelectual do cientista, servindo apenas como assistente à pesquisa (HWANG, 2008). O uso do *software* também se justificou pela possibilidade de uso de “memos” para se atrelar observações, reflexões e *insights* juntamente aos dados. Impressões que estavam além das falas dos entrevistados puderam ser consideradas a partir desses “memos”. Esse aspecto teve importante papel no processo natural de pesquisa qualitativa no qual a descoberta e o aprendizado do pesquisador com o acesso ao campo e com a análise dos dados vão moldando a forma pela qual o pesquisador percebe a realidade ao longo do tempo e do processo de pesquisa (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2013). Assim, foi possível registrar a evolução das impressões do campo, além da mera classificação de códigos conforme as categorias.

Posteriormente, para a análise quantitativa, focou-se na construção e na análise das redes, pelo uso do *software* Ucinet 6.0, que permite a inserção de dados binários em matrizes quadradas. Para tal, considera-se 1 para a presença da relação entre diferentes agentes e 0 para sua ausência. O *software* fornece como resultados indicadores quantitativos, tais como valor da densidade, grau de centralidade, força dos elos, dependência e proximidade entre os atores, indicadores de hierarquia, eficiência, intensidade de relacionamentos e de dependência e a identificação dos grupos de atores centrais e periféricos, além dos sociogramas.

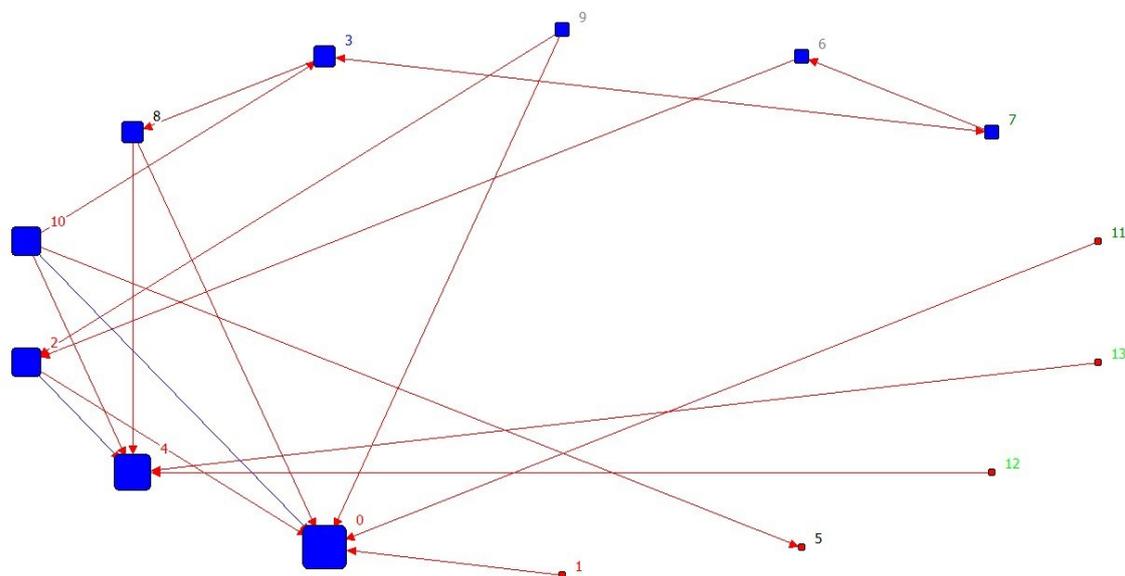
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 COOPERATIVA A

No sociograma da Cooperativa A (figura 1), é possível identificar uma forte centralização das relações na presidente; porém, em linhas unidirecionais, o que não caracteriza uma reciprocidade esperada em uma rede colaborativa. Provavelmente, isso indica uma cooperativa de alta centralização e pouca difusão das relações internas. Isso se sustenta pelo fato de que os indicadores de Krackhardt (1994) identificam uma rede altamente hierarquizada (0,9697) e com baixo índice de reciprocidade (5,56%) ao avaliar a díade e 10,5% ao avaliar pelos arcos. Ou seja, de todos os pares de atores com alguma conexão, somente 5,5% possuem relações recíprocas. Dos laços existentes, somente 10,5% são conexões que envolvem

reciprocidade. Pelo sociograma, percebe-se divisão de grupos (figura 1), com diversos nós praticamente isolados, sem relações mútuas de confiança; portanto, não aderente ao conceito de colaborativo e de autogestão, pertencentes ao modelo cooperativista (CEGARRA-NAVARRO; BRIONES-PENÁLVER; ROS-SÁNCHEZ, 2005).

Figura 1 – Sociograma das relações de confiança da Cooperativa A



Fonte: Elaborado pelos autores

É também uma rede de baixa densidade (0,1044), o que indica baixa interação e baixa coesão entre os atores. Há ainda alta centralização, apresentando valor normalizado de 46,154 na presidente e um índice na rede (*network centralization*) de 30,7%. Estes números podem indicar que a confiança, de forma geral, passa pela sua presidente e não entre os atores dos grupos.

Em relação aos indicadores de proximidade, o *closeness* apontou alto grau para a presidente (valor normalizado de 18,841 em uma média da rede de 9,501), o que significa também alto grau de dependência de atores da rede para se conectar aos demais atores, pois de forma geral as informações aparentam ter de transitar pela presidente. Conforme previsto, o *betweenness* deste ator foi baixo (no caso, zero), pois faz pouca intermediação.

Uma rede de confiança centralizada e com poucas interações entre seus atores remete a fortalecer a evidência de uma confiança racional, pautada no utilitarismo. Vale o registro da fala de um dos cooperados da cooperativa A:

[...] quando um cooperado contraria a presidente, mesmo sendo uma cooperativa, ela arruma um jeito de demitir;

[...] nas assembleias, quando a votação está sendo contra o que ela quer (a presidente), ela encerra (a assembleia) e no dia seguinte informa o resultado que foi o que ela queria

alto grau de dependência de atores da rede para se conectar com demais atores. O *betweenness* deste ator foi baixo, com pouca intermediação, e a média da rede foi 4,412. Esta não é uma cooperativa nova; porém, passa por diversas dificuldades para se estabelecer. Os números da rede de confiança demonstram interação maior entre os atores e dependência menor de sua presidente; todavia, esta dependência parece estar centralizada no ator 8, o que pode ou não ser positivo para as relações de influência e poder com os demais nós.

As evidências confirmam análises anteriores de confiança menos racional do que a apresentada pelo empreendimento A, mas ainda com olhar centralizado e racional, conforme já visto em evidências anteriores. A fala da presidente demonstra que os cooperados de fato não se sentem “donos” do negócio, como deveria ocorrer neste tipo de empreendimento, tendo, portanto, pouca sustentação no construto confiança, ao contrário do que sugerem França-Filho (2012) e Eizenberg e Jabareen (2017).

“[...] meu maior desejo é que eles (os cooperados) se apropriem, para que trabalhem como se isso fosse deles e digam “isso é meu”, já que alguns trabalham como se fossem empregados de empresa!” (entrevista com a presidente)

A declaração da presidente corrobora o sentimento dos/as cooperados/as pesquisados, com destaque para a seguinte fala:

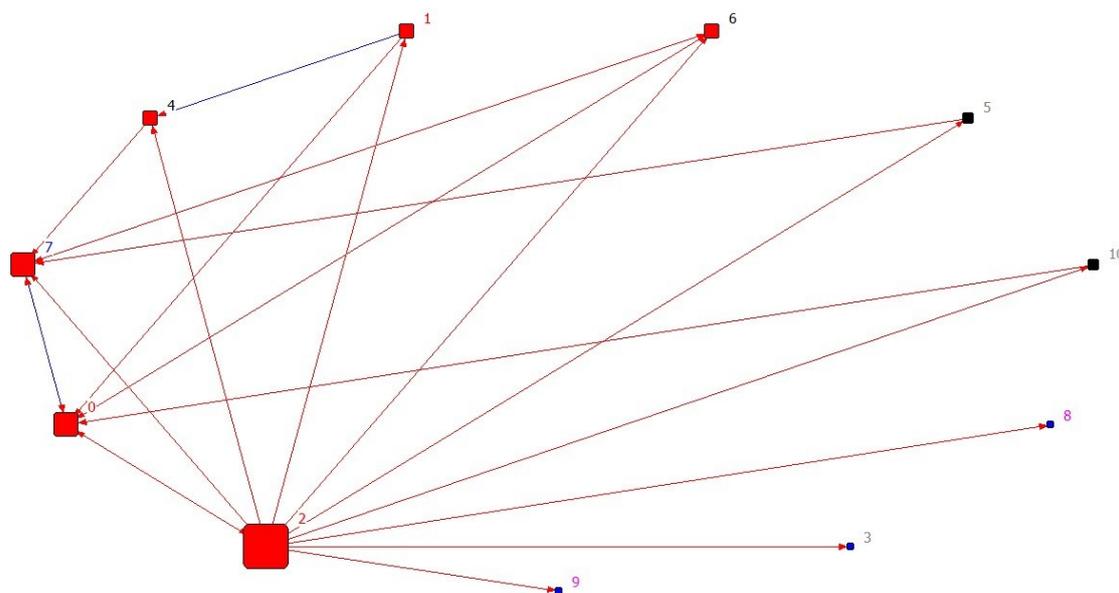
“[...] estou aqui porque preciso de dinheiro. Se conseguir um emprego de carteira assinada, claro que saio!” (fala comum entre os entrevistados).

4.3 COOPERATIVA C

Assim como ocorre no empreendimento B, a centralização está no ator 2 e não na presidente, representada como ator zero (figura 3); por outro lado, a reciprocidade medida pelas díades é de 22,2% e, pelos arcos, de 36,3%, apresentando melhores índices em relação aos empreendimentos A e B, panorama justificado pelo tempo médio que os cooperados trabalham na organização, comprovado pela análise dos dados secundários e referenciado por sua presidente:

“[...] o grupo possui pessoas com idade superior a 60 anos, alguns aposentados e que estão juntos há muitos anos, inclusive com interação fora do ambiente de trabalho, então a confiança entre eles é boa” (entrevista com a presidente)

Figura 3 – Sociograma das relações de confiança da Cooperativa C



Fonte: Elaborado pelos autores

Outro indicador diferente em relação aos dois empreendimentos anteriores é o de hierarquia, que registrou 0,4615, ou seja, baixa relação hierárquica, como se espera em relações de um empreendimento solidário, com gestão democrática.

A rede apresenta três grupos distintos de relações de confiança, como ocorre com as anteriormente analisadas, mas com uma densidade superior, de 0,2222. A partir do ator 2, que concentra a centralidade em 100,00, valor alto em relação à média da rede (32,727), os demais atores apresentam níveis proporcionais e não zerados, o que demonstra certo equilíbrio na rede, apesar de apresentar valor de network centralization de 82,2%. Em relação aos indicadores de proximidade, o closeness apontou para os atores 7 e 0 o valor normalizado de 23,810, para uma média de 21,347; portanto, com pequena diferença. O resultado apresentou os demais atores com valores próximos entre eles, mostrando equilíbrio. No tocante ao betweenness, o ator 0 (presidente) foi quem apresentou o maior indicador, visto de forma positiva na análise, pois é o ator que mais auxilia a conexão, intermediação e comunicação entre os atores da rede, ou seja, é a que mais está presente nos caminhos geodésicos da rede, conhecidos também como atores-ponte.

Apesar de a densidade ainda ser baixa, o que pode demonstrar baixa coesão (20%), os demais indicadores desta cooperativa, associados às evidências da observação direta e das entrevistas, demonstram uma confiança relacional, com baixo índice de hierarquia e relações de maior reciprocidade entre seus cooperados

Dentre as cooperativas analisadas, esta não é a mais antiga em termos de existência (10 anos), todavia, é a que apresentou o grupo com maior média etária (50 anos), demonstrando um comportamento interpessoal diferenciado em relação às demais. Os registros no diário de campo revelam indivíduos com maior proximidade de relacionamentos, comprovando uma confiança voltada mais para o tipo relacional. Algumas já aposentadas, atuam para, além de

complementar a renda, não ficarem sozinhas em suas casas, conforme revela algumas falas, dentre as quais:

[...] aqui todos conhecem todos... e nos damos bem dentro e fora

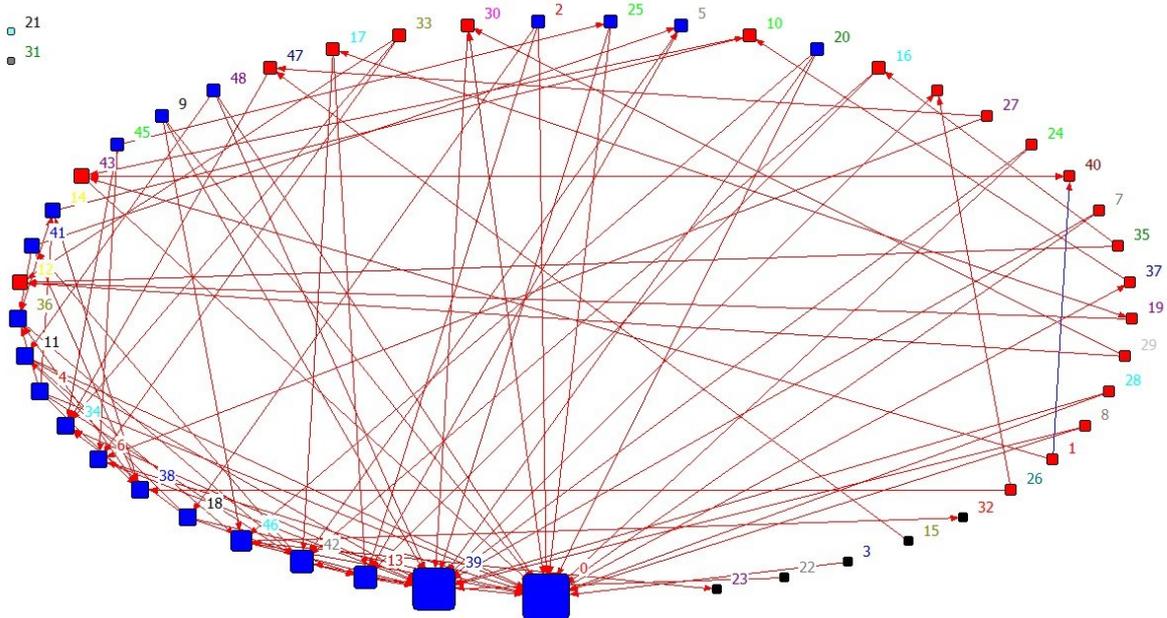
[...] gosto de trabalhar aqui (...) não fico sozinha

4.4 COOPERATIVA D

Semelhante ao empreendimento A, na Cooperativa D existe a centralização da rede na figura de sua presidente, denominada ator zero. A reciprocidade, em díades, é de apenas 10%, e dos arcos tem-se 18,1%, o que significa baixa interação, em função da densidade da rede de 0,0421, ou seja, baixíssima coesão entre seus atores. O nível de hierarquia de 0,8287 também se mostrou alto para um empreendimento da economia solidária, na qual as relações de confiança transitam basicamente pela presidente.

É possível verificar no sociograma (figura 4) diversos grupos formados e alguns atores isolados, que não foram citados nas relações de confiança e não citaram nenhum outro ator, por alegarem desconfiança de todos.

Figura 4 – Sociograma das relações de confiança da Cooperativa D



Fonte: Elaborado pelos autores

O grau de centralidade é alto no ator zero (39,583, em uma média de 7,653), com 19 laços nela direcionados. Vale destacar, assim como no empreendimento A, o alto índice de confiança que depositam no líder. Ou seja, o alto índice de centralização em uma única pessoa indica caminho contrário ao da premissa de confiança mútua entre os cooperados, fator necessário para consolidar os princípios da economia solidária e da sustentabilidade social.

Sobre o indicador de proximidade, o *betweenness* apresentou destaque para o ator 39, com indicador de 274,000, em uma média na rede de 32,980. A presidente aparece em segundo lugar, com 259,000. Este indicador mede o ator que exerce maior auxílio no processo de comunicação com os demais atores.

Em uma rede de confiança de empreendimentos solidários, é possível inferir que as intermediações sejam menores pela proximidade dos atores, haja vista que cada um deve agir como dono do negócio. Estes achados se assemelham aos encontrados por Muñoz e Del Castillo (2013), pois os valores gerados para a análise mostraram uma rede com baixa densidade; portanto, baixa coesão, o que significa baixo nível de relacionamento entre os atores, além da centralização da confiança, comprovada pelo baixo índice de reciprocidade. Em conformidade com os dados obtidos pelas entrevistas, identificou-se uma confiança racional, centrada no utilitarismo e com pouca relação de confiança mútua entre os cooperados. Dois trechos das falas apresentam contexto semelhante:

“[...] aqui a gente confia desconfiando, né?”

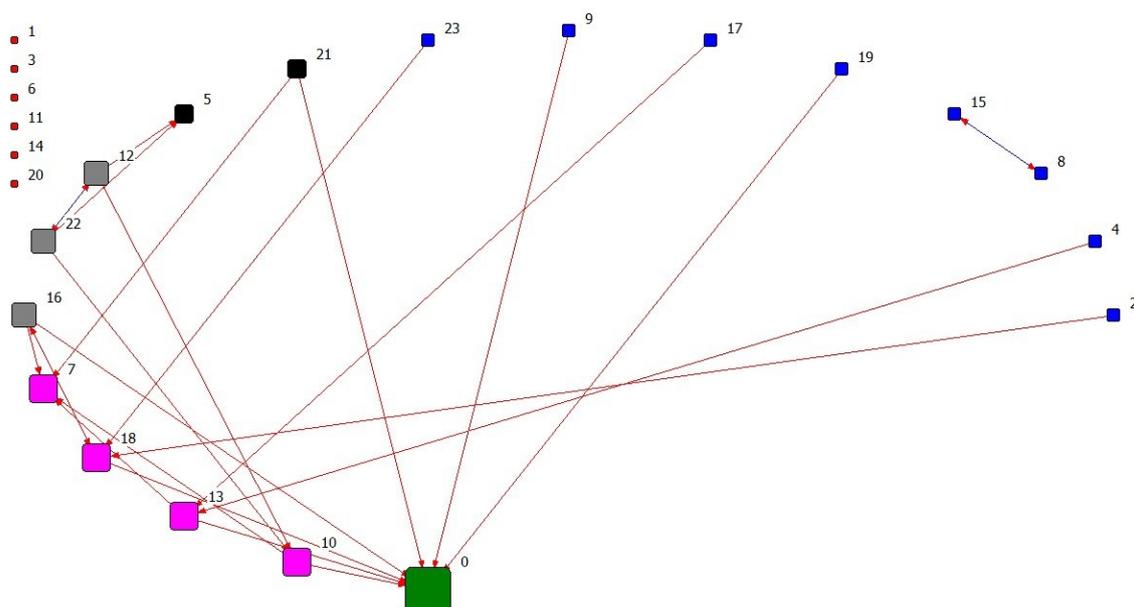
[...] se é amiga da presidente você tem tudo [...] aqui é assim”.

As observações de campo também estão alinhadas às demais evidências, pois as conversas entre os cooperados demonstraram uma formação de grupos de interesses, alguns apoiando a presidente, outros negando, além de cooperados sem posição firmada.

4.5 COOPERATIVA E

A figura 5 apresenta o sociograma com diversas rupturas nas relações de confiança. A primeira ocorre entre os atores 8 e 15, que não se conectam com os demais, gerando um clã isolado. Outros grupos são formados, sendo que se destacam os atores 1, 3, 6, 11, 14 e 20, que não possuem laços de confiança por não terem sido “lembrados” pelos demais atores e por responderem não confiar em ninguém na cooperativa. A figura da presidente, centrando as relações, é marcante para os atores que se relacionam, assim como ocorre nos empreendimentos A, B e D.

Figura 5 – Sociograma das relações de confiança da Cooperativa E



Fonte: Elaborado pelos autores

A reciprocidade nesta rede é de 24%, medida em arcos, e somente 13,6% se medida em díades. Já a densidade de 0,0453 comprova a baixíssima coesão entre os atores, o que significa um baixo nível de relacionamento. Esta baixa coesão pode ser um dos fatores de confiança centralizada na liderança, além da formação de clãs e atores isolados, que não confiam e nem recebem confiança de seus colegas. O índice de centralidade é de 30,435 na presidente, sendo que a média da rede é de 7,971 em uma rede tipicamente hierarquizada, com índice de 0,9189.

Os relacionamentos de confiança nesta associação apresentam visão racional e utilitária, haja vista que as relações internas são fragmentadas e centradas na presidente, com poucas relações mútuas de confiança entre os cooperados. Vale o registro da fala de um cooperado:

“[...]confio neles porque são os que mandam e donos da cooperativa, né?”

Cabe ressaltar que esta cooperativa se situa na mesma cidade que a cooperativa D, a partir da extinção do lixão da cidade, onde os catadores tiravam seu sustento. Durante a realização das entrevistas, foi possível identificar a existência de uma presidência “de fato”, que foi referenciada neste estudo como ator 0, sendo reconhecida com o poder para tomada de decisões. A presidente “de direito” estava atuando na esteira de separação de materiais - embora tivesse o título -, pois o estatuto previa rotatividade das funções.

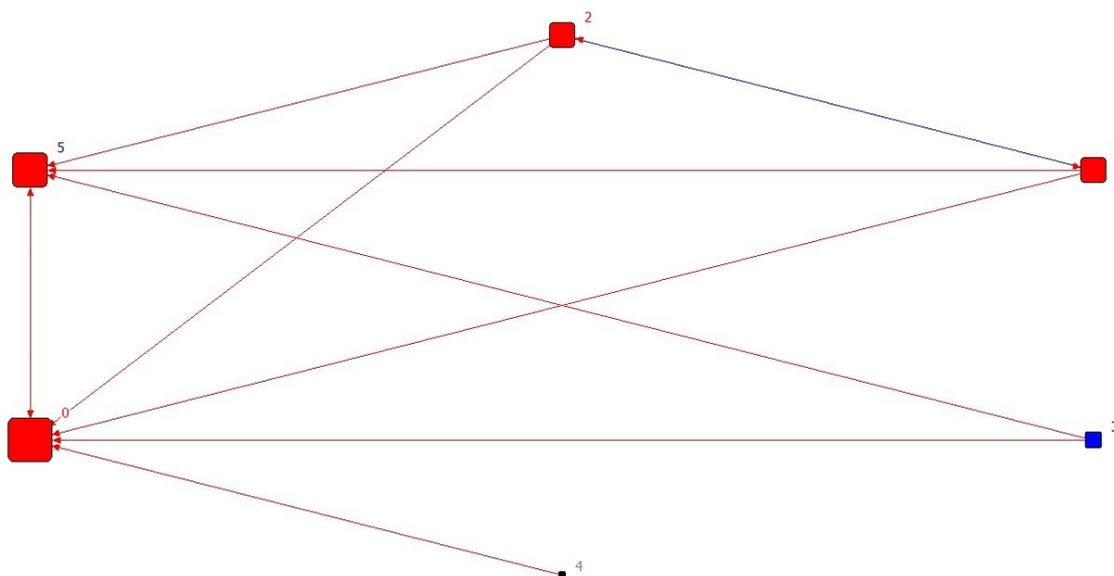
“[...] sei que sou presidente, mas não quero não. Quem manda aqui é a (nome omitido)”

4.6 COOPERATIVA F

Assim como ocorreu nos empreendimentos A D e E, neste empreendimento também existe uma centralização de confiança na figura da presidente (figura 6), o que é salutar para a

rede; todavia, ao avaliar com base nas premissas de formação cooperativista, esta confiança deve ser mútua entre os cooperados e não somente no líder. Tais dados vão ao encontro dos resultados obtidos nos trabalhos de Eizenberg e Jabareen (2017) e de Meyer, Le Fevre e Robinson (2017).

Figura 6 – Sociograma das relações de confiança da Cooperativa F



Fonte: Elaborado pelos autores

Com índice de reciprocidade em torno de 36,3% (arcos) e 22,2% (díade), a cooperativa possui densidade de 1,00, que significa rede de alta coesão, na qual todos falam com todos. As entrevistas com os cooperados, com a presidente e com a tesoureira revelaram que as evidências desta rede correspondem às evidências das demais análises.

Em uma rede cujo índice de hierarquia foi igual a 0 (zero), foi possível analisar a relação de confiança, considerando-se as outras evidências, como sendo relacional. Portanto, com laços fortes, pautadas em uma liderança em que todos também depositam alto grau de confiança em sua presidente. As relações mútuas de confiança podem se mostrar mais facilmente em uma rede coesa e densa, na qual todos têm a oportunidade de se conhecer e, assim, estabelecer vínculos. Esta evidência mostrou-se presente nas entrevistas, por meio dos relatos das cooperadas entrevistadas, inclusive de sua presidente, demonstrando conformidade da presença colaborativa entre as pessoas, com foco na produção e na dimensão econômica, um dos princípios do cooperativismo no quesito de confiança mútua:

“[...] aqui não paramos, pois se um não ajuda o outro, a produção diminui e nossa retirada também diminui”

“[...] claro que todos sabem seu papel e fazem o melhor [...] e se tivesse um galpão maior, renderíamos mais”

“[...] aqui, quem não trabalha ajudando o outro não fica” (entrevistas com cooperados).

Portanto, os dados mostram que as redes com hierarquização relativamente baixa são as mesmas que contam com reciprocidade de díade e de arco mais altas, além de maior densidade (casos “C” e “F”). Isso leva a crer que as cooperativas que contam com menos hierarquia em sua estrutura de poder contam com relações entre seus membros mais fortes, sendo redes mais densas (com mais relacionamentos) e com maior reciprocidade entre os agentes (seja em díades ou em arcos).

4.7 DISCUSSÃO

Como panorama geral, os resultados apontam para um processo de confiança centralizado no gestor principal (presidente da cooperativa) em uma confiança caracterizada com pouca reciprocidade na interação entre os cooperados, bem como entre os cooperados e seus gestores. Evidenciaram-se, na análise das redes, características de uma tipologia racional, alicerçada no utilitarismo, em uma visão calculável de confiança, baseada nas trocas (estimação de perdas e ganhos), semelhante ao que foi encontrado também no trabalho de Beuren, Altoé e Dal Vesco (2015).

As redes se mostraram pouco densas e, em alguns casos, foi possível identificar a formação de clãs, o que dificulta o processo de relacionamento mútuo, comprovado pelas entrevistas com os cooperados. O princípio da solidariedade e cooperação (EIZENBERG; JABAREEN, 2017), portanto da sustentabilidade social, por vezes não foi percebido na observação direta e nos relatos, pois as revelações de campo mostraram que os cooperados atuam basicamente na atividade que lhes foi delegada pelo presidente ou pelo coordenador. As exceções foram detectadas em duas cooperativas (“C” e “F”), que apresentaram uma tipologia social (relacional), caracterizando-se pela construção de relacionamentos duradouros devido à quantidade maior de interação entre os atores (FISHER; NOVELLI, 2008; MEYER; LE FEVRE; ROBINSON, 2017). Esta verificação surgiu ao se avaliar os resultados das análises das entrevistas e das redes de confiança, que apresentaram um índice de reciprocidade mais elevado em relação aos demais empreendimentos, que pode ser observado nas setas bidirecionais do sociograma e nos indicadores de arcos e díades.

No caso do empreendimento C, a longevidade dos atores dentro da cooperativa - além dos valores compartilhados - ajuda a justificar esta tipologia, que facilita a geração da confiança mútua (GONÇALVES; DUTRA, 2016; MEYER; LE FEVRE; ROBINSON, 2017), fundamental para empreendimentos da economia solidária (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, 2010; CEGARRA-NAVARRO; BRIONES-PEÑALVER; ROS-SÁNCHEZ, 2005). No empreendimento F, a ideologia presente é transmitida pela presidente aos novos e antigos cooperados, funcionando como um modelo social. Sua participação ativa junto aos cooperados aumenta o nível de interação, o que justifica a tipologia relacional (GUTBERLET, 2016; EIZENBERG; JABAREEN, 2017). Outra diferença observada neste empreendimento é a ausência de um coordenador de produção, presente em todos os demais, fato justificado pelos cooperados e pela presidente pela razão de que todos cooperam entre si para um resultado melhor, sendo desnecessária esta figura. Relevante também a diferença deste empreendimento em relação aos demais, pois foi o único que nasceu da iniciativa de sua presidente, com objetivo ambiental de limpar o rio perto de sua residência, ou seja, a partir de uma oportunidade. As demais nasceram para atender a uma legislação para o fechamento de “lixões”, ou para retirada dos catadores e outras pessoas em situação de vulnerabilidade das ruas. Ainda sobre o

empreendimento F, vale destacar a afirmação de sua presidente, ao valorizar o diálogo com os cooperados: “exerço minha presidência junto a eles...não fico no escritório”.

Scholz e Veronese (2008) apresentam um novo conceito de liderança para os empreendimentos solidários, denominando-o de “liderança solidária”. Neste contexto, dividem a liderança em “informal” e “formal”, ambas atuando horizontalmente. Para os autores, a liderança informal é exercida no âmbito operacional, sem que haja a necessidade de liderança formal para controlar e fiscalizar, haja vista que todos sabem de suas obrigações e responsabilidades e, portanto, todos têm a oportunidade de liderar informalmente sua área de competência para ajudar os demais (HODGES; HOWIESON, 2017; MEYER; LE FEVRE; ROBINSON, 2017). A liderança formal, por sua vez, é exercida por um gestor eleito democraticamente, que possui conhecimentos na área, confia em si e inspira confiança nos demais. Neste modelo, o papel das lideranças é o de fomentar a aprendizagem, pois isso possibilita a formação de pessoas capazes de assumir postos de trabalho de parceiros que possam vir a faltar por qualquer razão (SCHOLZ; VERONESE, 2008).

Ao longo da investigação, foi possível perceber que a liderança em todos os empreendimentos (exceto “F”), apresentou um perfil de liderança formal, tanto no ambiente produtivo quanto no administrativo, comprovado pela necessidade de implantar a figura do “coordenador da produção” (vinculado hierarquicamente à presidente do empreendimento) e pelas evidências do estudo das redes e declarações de seus cooperados. Neste contexto, o papel do líder em fomentar a aprendizagem e relações de confiança entre os cooperados, a fim de incentivar a sustentabilidade social (e, portanto, a autogestão), não foi exercido, não contemplando o modelo proposto por Eizenberg e Jabareen (2017).

Entretanto, principalmente pelos resultados do empreendimento F, foi possível observar a presença deste componente na relação transversal e horizontal, tendo em sua presidente o principal fator de motivação para a ocorrência do fenômeno, com a função de líder administrativo, mas que sabe fomentar o desenvolvimento do aprendizado entre os cooperados e a mediação de conflitos, comprovado pela ausência da figura do “coordenador de produção”, “pois todos aqui sabem de suas responsabilidades” (relato da presidente do empreendimento F). As entrevistas revelaram que o objetivo da presidente não era somente o econômico, mas sua prioridade era socioambiental, em postura condizente ao que se propõe no trabalho de Gutberlet (2016). Outra característica importante observada em relação às demais presidentes foi a questão da habilidade gerencial (de líder administrativo), comprovada com alguns exemplos, tais como pagamento de férias, não contratação de menores de 18 anos, armazenamento de parte dos recursos para pagamento aos cooperados que se desligavam ou eram desligados, além de exigir que novos cooperados passassem por período de experiência, de modo a aprender com os cooperados e a ouvir deles se, de fato, dariam apoio (confiança) para a “nova” pessoa no trabalho. Também foi a única das cooperativas pesquisadas que atua com lixo eletrônico, apesar de ter o menor espaço físico em relação às demais, embora com maior retirada.

Estas observações, comprovadas pela análise das redes, apontam para um modelo relacional de confiança, vinculado aos resultados operacionais, que por sua vez dependem mais da habilidade gerencial da presidente da cooperativa do que das decisões colegiadas (AMARAL; OLIVEIRA, 2017), haja vista que a confiança em todas as redes evidencia uma centralização na presidente ou em ator próximo a ela. O papel de líder administrativo com fomento para a aprendizagem de seus cooperados (sem necessidade de um controle rígido)

contribui para viabilizar o modelo de autogestão, norteado pelo conceito da sustentabilidade social proposto por Eizenberg e Jabareen (2017).

Pode-se também ressaltar o fato de que o princípio da cooperação em todas as cooperativas investigadas é evidenciado pelos resultados operacionais, traduzidos nas retiradas mensais, ou seja, melhores retiradas e melhor relação contributiva, como também constatado no trabalho de Beuren, Altoé e Dal Vesco (2015).

O empreendimento F destaca-se no relacionamento associativo devido aos resultados alcançados pelo grupo (derivado das ações gerenciais de sua presidente) e ao compromisso de colaboração existente entre os cooperados. Tal realidade foi constatada pelo discurso dos cooperados que, apesar do estatuto prever apenas uma reeleição da presidência, cujo mandato é de três anos, a presidente está no cargo por deliberação dos cooperados desde a fundação do empreendimento, há mais de dez anos. Isso ocorre também pela ausência de preparo e desinteresse de outros cooperados para exercer a função de gestão administrativa, apesar da presidente incentivar. Esta ocorrência foi observada em todas as cooperativas, evidenciada pela presença constante das mesmas pessoas nos cargos de gestão, atuando, em alguns casos, em processo rotativo (ora presidente, ora tesoureiro), como também constataram Gonçalves e Dutra (2016).

Os resultados indicam, portanto, que há uma sistemática de funcionamento das cooperativas de que quando elas contam com uma orientação mais social em seus relacionamentos, as trocas entre os agentes e, conseqüentemente, as tomadas de decisões são realizadas de forma mais legítima. Isto é, elas são *bottom-up* e não *top-down*. As trocas que dependem dos agentes parecem ocorrer mais intensamente nesses casos e isso pode facilitar elementos como a confiança entre os agentes (GULATI, 1995). Essa confiança pode ajudar ainda em trocas de informações e conhecimentos, que podem gerar inovações sociais construídas a partir do grupo (SOL et al., 2018, como podem ainda estimular outros capitais sociais como o comprometimento e a colaboração entre os membros da rede.

Assim, nas redes com essa característica de orientação social, a confiança é um capital social emergente. Nelas, parcerias de agentes externos (poder público, ONGs ou intermediadores) que governam as redes podem ajudar e estimular relacionamentos, mas não trazer essa orientação social típica de redes não hierarquizadas. Ou seja, num contexto de cooperativas que se baseiam em economia solidária, políticas públicas poderiam focar-se em redes com baixa hierarquização para incentivos voltados à construção de conhecimentos e inovação. Elas seriam socialmente mais sustentáveis e dependeriam menos de intervenções para estímulos às trocas e mais auxílios fiscais, políticos e de controle dos custos de transação. Por sua vez, as iniciativas públicas em redes cooperativas altamente hierarquizadas (com menor grau de sustentabilidade social, em função do menor grau de densidade e reciprocidade) estariam num estágio de maturidade social inicial, na qual se precisa estimular mais transações e experiências entre os membros, até que eles tenham nível suficiente de confiança para se gerar trocas efetivas de capital social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os empreendimentos pesquisados, somente a cooperativa “F” evidenciou relações de confiança mútua, demonstrando uma maturidade maior em relação às demais e com menor necessidade de intervenção de atores externos. Os achados deste estudo sugerem que a confiança e a colaboração entre os cooperados vinculam-se ao resultado econômico-financeiro da cooperativa. Tal constatação resulta da análise comparativa entre os empreendimentos, que demonstrou que a produtividade superior do empreendimento F em relação aos demais, gera maior relação de confiança entre os colaboradores, e estes com sua presidente. Como resultado, tem-se maior e melhor cooperação no ambiente, parametrizado por liderança com papel administrativo, que fomenta a aprendizagem entre os membros, não havendo necessidade de controle rígido sobre a produção. A diferença marcante da cooperativa F em relação às outras é que sua origem é pautada no propósito da presidente, e não em uma ação de política pública, como ocorreu com as demais.

Esta investigação procurou trazer, além das contribuições teóricas para a compreensão do funcionamento da confiança em ambientes de rede, uma reflexão para os atores externos, tais como poder público, ONGs ou intermediadores, que intervêm nas cooperativas de reciclagem, para ações que, por meio do fomento de políticas públicas, ajudem a incentivar estes empreendimentos a serem mais produtivos, objetivando a melhoria da inserção social por meio do trabalho e renda da população em situação de vulnerabilidade.

No caso do cenário investigado, ressalta-se o fato de que a cooperativa com maior produtividade e melhor resultado econômico-financeiro, mesmo com menos recursos físicos e humanos em relação aos maiores empreendimentos analisados, foi aquela em que sua presidente utilizava habilidades gerenciais presentes em empresas do mercado, sendo que a origem da cooperativa, diferente das demais, partiu de uma iniciativa da presidente e não do município. Este fato também foi observado no papel de líder administrativo da presidente, que incentiva o “empoderamento” dos associados na produção, a fim de gerar colaboração, confiança e aprendizado mútuo.

Posto que este trabalho contemplou seis empreendimentos solidários em seu contexto específico, os resultados da pesquisa não podem ser generalizados, ainda que mereça registro a reflexão provocada, quanto às vicissitudes próprias da vertente deste tipo de empreendimento.

Propõe-se, para futuras pesquisas, o tratamento das relações de confiança em outras cooperativas deste segmento, aprofundando nos aspectos dos relacionamentos de confiança, correlacionando com o construto poder. Da mesma forma, indica-se também investigação do modelo de liderança proposto por Scholz e Veronese (2008), de modo a identificar se pode, de fato, provocar mudanças nos empreendimentos, fomentando a colaboração e confiança mútua, alicerce deste tipo de empreendimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M.; MEIRELES, M. E. F. Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis. **Sistemas & Gestão**, v. 8, p. 160-170, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7177/sg.2013.V8.N2.A5>
- AMARAL, R. C. G.; OLIVEIRA, R. B. Os desafios da primeira gestão: uma pesquisa com jovens gestores. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 373-392, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160076>
- BASTOS, H. M.; ARAÚJO, G. C. Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. **Revista Capital Científico**, v. 13, n. 4, p. 1-17, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20150031>
- BEBER, C. L.; THEUVSEN, L.; OTTER, V. Organizational structures and the evolution of dairy cooperatives in Southern Brazil: A life cycle analysis. **Journal of Co-Operative Organization and Management**, v. 6, n. 2, p. 64-77, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2018.06.003>
- BEUREN, I. M.; ALTOÉ, S. M. L.; DAL VESCO, D. G. Percepção de justiça e comportamento de cidadania organizacional: um estudo na perspectiva do sistema de mensuração de desempenho estratégico. **Cuadernos de Administración**, v. 28, n. 51, p. 133-157, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cao28-51.pjcc>
- CARMO, M. S.; OLIVEIRA, J. A. P. The semantics of garbage and the organization of the recyclers: implementation challenges for establishing recycling cooperatives in the city of Rio de Janeiro, Brazil. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 54, n. 12, p. 1261-1268, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2010.04.005>
- CARNEIRO-DA-CUNHA, J. A.; PASSADOR, J. L.; PASSADOR, C. S. The presence of intermediate agents in the establishment of interorganizational networks: an analysis grounded on a temporal perspective. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 108-128, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000100008>
- CEGARRA-NAVARRO, J. G.; BRIONES-PEÑALVER, A. J.; ROS-SÁNCHEZ, M. M. La confianza como elemento esencial para la mejora de la cooperación entre empresas: um estudo empírico em PYMES. **Cuadernos de Administración**, v. 18, n. 30, p. 79-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-35922005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 nov. 2019.
- CONNELLY, B. L.; CROOK, T. R.; COMBS, J. G.; KETCHEN, D. J.; AGUINIS, H. Competence- and integrity-based trust in interorganizational relationships: which matters more? **Journal of Management**, v. 44, n. 3, p. 919-945, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0149206315596813>
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. P. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CULTI, M. N.; KOYAMA, N. A.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

EIZENBERG, E.; JABAREEN, Y. Social Sustainability: a new conceptual framework. *Sustainability*, v. 9, n. 1, art. 68, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/su9010068>

FIDELIS, R.; FERREIRA, M. A.; COLMENERO, J. C. Selecting a location to install a plastic processing center: network of recycling cooperatives. **Resources, Conservation & Recycling**, v. 103, p. 1-8, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2015.07.002>

FISCHER, E.; CASTILHOS, R. B.; FONSECA, M. J. The qualitative interview in marketing and consumer research: paradigmatic approaches and guideline. **Brazilian Journal of Marketing**, v. 13, n. 4, p. 67-79, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5585/remark.v13i4.2762>

FISHER, R. M.; NOVELLI, J. G. N. Confiança como fator de redução da vulnerabilidade humana no ambiente de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 67-78, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902008000200006>

FRANÇA-FILHO, G. C. Indicadores para a sustentabilidade em Economia Solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo, 2012.

GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S. The Influence of Trust in the Constitution of a Brazilian Cooperative of Selective Waste Pickers. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 1, p. 25-43, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2016V15N1ART2862>

GULATI, R. Does familiarity breed trust? The implications of repeated ties for contractual choice in alliances. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 85-112, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/256729>

GUTBERLET, J. Informal and cooperative recycling as a poverty eradication strategy. **Geography Compass**, v. 6, n. 1, p.19-34, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2011.00468.x>

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, v. 45, n. esp., p. 22-31, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2015.06.023>

GUTBERLET, J. Ways out of the Waste Dilemma: transforming communities in the Global South. **Environment**, v. 3, p. 55-68, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5282/rcc/7547>

HARRING, N.; JAGERS, S. C.; NILSSON, F. Recycling as a large-scale collective action dilemma: a cross-country study on trust and reported recycling behavior. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 140, n. 1, p. 85-90, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2018.09.008>

HERNANDEZ, J. M. C. **Confiança em comércio eletrônico: Proposição de uma tipologia multidisciplinar, desenvolvimento e validação das escalas**. 2008. Tese (Livre Docência) - EAHC, 2008.

- HODGES, J.; HOWIESON, B. The challenges of leadership in the third sector. **European Management Journal**, v. 35, p. 69-77, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.emj.2016.12.006>
- HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three Approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277–1288, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- HWANG, S. Utilizing qualitative data analysis software. A review of Atlas. TI. **Social Science Computer Review**, v. 26, n. 4, p. 519-527, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439307312485>
- KING, M. F.; GUTBERLET, J. Contribution of cooperative sector recycling to greenhouse gas emissions reduction: A case study of Ribeirão Pires, Brazil. **Waste Management**, v. 33, n. 12, p. 2771-2780, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2013.07.031>
- KRAMER, R. M. Trust and distrust in organizations: emerging perspectives, enduring questions. **Annual Review of Psychology**, v. 50, p. 569-598, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.50.1.569>
- KRACKHARDT, D. Graph theoretical dimensions of informal organizations. In: CARLEY, K. M.; PRIETULA, M. J. **Computational organization theory**. USA: L. Erlbaum Associates Inc., Hillsdale, 1994.
- MARTINS, T. S.; KATO, H. T.; CRUZ, J. A. W.; SATO, K. W. Service outsourcing in hotels: a comparative case study. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 3, n. 1, p. 74-93, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v3i1.74>
- MAYER, R. C.; DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D. An integrative model of organizational trust. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 709-34, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/258792>
- MEDINA, M. Scavenger cooperatives in Asia and Latin America. **Resources, Conservation & Recycling**, v. 31, n. 1, p. 51-69, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0921-3449\(00\)00071-9](https://doi.org/10.1016/S0921-3449(00)00071-9)
- MEYER, F.; LE FEVRE, D. M.; ROBINSON, V. M. How Leaders Communicate their vulnerability: implications for trust building. **International Journal of Educational Management**, v. 31, n. 2, p. 221-235, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJEM-11-2015-0150>
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. Los Angeles: SAGE, 2013.
- MUÑOZ, O. A.; DEL CASTILLO, R. M. Cultura organizacional en una empresa propiedad de sus trabajadores. **Cuadernos de Administración**, v. 26, n. 47, p. 259-283, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cao26-47.coep>
- NAVARRETE-HERNENDEZ, P.; NAVARRETE-HERNANDEZ, N. Unleashing waste-pickers' potential: supporting recycling cooperatives in Santiago de Chile. **World Development**, v. 101, p. 293-310, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.08.016>

PAULUS, T.; WOODS, M.; ATKINS, D. P.; MACKLIN, R. The discourse of QDAS: reporting practices of ATLAS.TI and NVivo users with implications for best practices. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 20, n. 1, p. 35-47, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/13645579.2015.1102454>

PIRSON, M.; MALHOTRA, D. K. Foundations of organizational trust. **Organization Science**, v. 22, n. 4, p. 1087-1104, 2011. DOI: <https://www.jstor.org/stable/20868912>

REBEHY, P. C. P. W.; COSTA, A. L.; CAMPELLO, C. A. G. B.; FREITAS-ESPINOZA, D.; JOÃO NETO, M. Innovative social business of selective waste collection in Brazil: cleaner production and poverty reduction. **Journal of Cleaner Production**, v. 154, n. 15, p. 462-473, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.03.173>

ROUSSEAU, D. M.; SITKIN, S.; BURT, R.S.; CAMERER, C. Not so different after all: a cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 393-404, 1998. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1998.926617>

SCALES, B. J. Qualitative analysis of student assignments: a practical look at ATLAS.TI. **Reference Services Review**, v. 41, n. 1, p. 134-147, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1108/00907321311300956>

SCHOLZ, R. H.; VERONESE, M. Liderança na economia solidária: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/esac/article/view/18871>>. Acesso em 13 out. 2019.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, D. M.; COSTA, B. K.; VIEIRA, A. M. Redes de Poder em Empreendimentos Solidários de Reciclagem. **Revista de Administração da Unimep**, v. 15, n. 2, p. 130-151, 2017. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/1294/714>>. Acesso em 12 jan. 2019.

SIQUEIRA, D. M.; VIEIRA, A. M.; CARMONA, V. C. Rede de confiança e amizade: relações de trabalho em uma cooperativa. **Revista CESUMAR**, v. 18, p. 299-318, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/2695>>. Acesso em 19 mar. 2019.

SOL, J.; WAL, M. M.; BEERS, P. J.; WALSH, A. E. J. Reframing the future: the role of reflexivity in governance networks in sustainability transitions. **Environmental Education Research**, v. 24, n. 9, p. 1383-1405, 2018. DOI: 10.1080/13504622.2017.1402171.

SOUZA, M. T. S.; PAULA, M. B.; SOUZA-PINTO, H. The role of recycling cooperatives in the reverse channel for postconsumer recyclables. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, p. 246-262, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000200010>

TIRADO-SOTO, M. M.; ZAMBERLAN, F. L. Networks of recyclable material waste-picker's cooperatives: An alternative for the solid waste management in the city of Rio de Janeiro. **Waste Management**, v. 33, n. 4, p. 1004-1012, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2012.09.025>